



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DELIBERAÇÃO Nº 38/2012

Reunião ordinária da Assembleia Municipal
Realizada em 25 de Setembro de 2012

O PÓLO FERROVIÁRIO DO BARREIRO

Como resultado de 3 décadas de políticas semelhantes levadas a cabo por PS, PSD e CDS, seguidas escrupulosamente pelas administrações da EMEF, CP, CP-Carga e REFER, os trabalhadores do Pólo Ferroviário do Barreiro têm sofrido com o sucessivo desmembramento do sector, que prima pela ausência de soluções estratégicas que possam garantir o seu desenvolvimento sustentado e o contributo que pode dar à economia do concelho, da região e do país.

A perspectiva de encerramento da EMEF até ao 1º trimestre de 2013, é inaceitável quando justificado pela falta de trabalho. Desde logo as opções políticas influenciam diretamente tal facto, por exemplo, como é possível que os “bogies” do equipamento ferroviário da Fertagus, retirados nas oficinas em Coina a 13km das oficinas da Emef/Barreiro, percorram mais de 600km para fazer a sua manutenção e reparação em Espanha.

Após a eletrificação da Linha do Sado também é hoje incompreensível a não eletrificação de 300m da linha de acesso às oficinas da EMEF/Barreiro, sendo esse um obstáculo decisivo à entrada de material circulante elétrico nas oficinas. É tanto mais injustificável tal opção quando ali existe mão-de-obra qualificada e experimentada para a manutenção e reparação de equipamento ferroviário, quer para a vertente diesel mas também para a elétrica, que não se encontra devidamente potenciada.

O modelo de gestão deve também ter em conta a vertente da construção, por um lado porque inevitavelmente a frota nacional terá um tempo de vida, que em alguns casos já

se encontra no limite, e por outro lado porque em relação aos PALOP que se encontram a investir no desenvolvimento ferroviário, casos de Angola e Moçambique, devia existir uma estratégia de cooperação que constituísse uma verdadeira aposta.

Importa que futuras soluções, decididas pelo Governo, tenham em conta o universo do património ferroviário nacional, com garantia de trabalho para a EMEF. A CP, principal acionista da EMEF, quando contratualiza ou faz aquisição de material circulante não salvaguarda a EMEF como principal cliente, optando por multinacionais para o efeito, pondo desta forma em causa a ocupação efetiva dos trabalhadores, o próprio desenvolvimento da Empresa e gastando mais dinheiro, como por exemplo no caso do aluguer das “espanholas” de 30 milhões euros/5 anos, quando a remotorização das UQE 600 custaria 17 milhões de euros e garantiria trabalho para a EMEF.

Todo este processo de desmantelamento do Pólo ferroviário do barreiro, que tem mais de 150 anos, não é um objetivo novo, nem recente, constituí antes uma antiga ambição dos sucessivos governos PS e PSD, sempre acolitados com CDS, e vem do tempo em que foi decidido encerrar a “Doca”-EMEF, local onde se realizava a manutenção dos barcos da Soflusa, mas também do tempo em que decidiram acabar com os comboios de longo curso a partir do Barreiro. Tais decisões significaram de forma direta, uma redução substancial do número de trabalhadores e pior e mais caro serviço público prestado às populações.

Hoje em dia na Linha do Sado, assistimos a constantes incumprimentos nos horários dos comboios e nalguns casos à supressão dos mesmos, factos reveladores da falta de respeito pelos utentes e que representam uma violação do serviço público que a CP deveria prestar nesta linha, isto num momento em que se pedem aos trabalhadores e população em geral mais esforços e sacrifícios, quando para ultrapassar estes problemas na circulação bastaria acrescentar mais uma unidade motora para esta linha, assim como uma manutenção prestada em devido tempo (hoje em dia os prazos estão dilatados com reflexo directo de menos trabalho para a EMEF).

Esta é uma ofensiva contra o Aparelho Produtivo Nacional, onde as opções políticas dos sucessivos governos tentam abrir caminho à privatização – vista pelo governo como única alternativa para a CP (Linhas potencialmente rentáveis), CP-Carga e EMEF (onde

já existe um ACE com a Siemens).

Assim a Assembleia Municipal do Barreiro, reunida em 25 de Setembro de 2012, decide:

- Ser indispensável a adoção de uma política que impeça a redução sistemática do número de trabalhadores ferroviários, que potencie a CP como grande operador de transportes públicos e que permita a articulação entre a infraestrutura e a exploração do setor ferroviário, a qual tenha como resultado o incremento do transporte público em detrimento do transporte individual.

- Ser necessário e imperioso realizar em Portugal políticas de valorização do trabalho, de promoção do emprego, de dinamização do mercado interno, de fomento da produção nacional, de defesa e recuperação do setor público empresarial de modo a que o estado disponha de alavancas fundamentais para o desenvolvimento da economia.

- Ser imperiosa a defesa e reforço do Pólo Ferroviário do Barreiro/produção nacional, invertendo a lógica de crescente dependência face ao exterior, com o apoio á indústria e de forma a potenciar os recursos do país.

Aprovada por maioria, com 20 votos a favor da CDU e do BE e 14 votos contra do PS e do PSD.

O Presidente da Assembleia Municipal



Frederico Pereira